



AMBILITAL, EIM



**RELATÓRIO E CONTAS
ANUAIS**

Exercício de 2010



Índice

Relatório de Gestão

1. Considerações Gerais	3
2. Actividade da Empresa	5
3. Sistema Municipal de Tratamento e valorização de RSU	7
4. Situação Económica e Financeira	11
5. Enquadramento fiscal/legal das provisões	15
6. Novo Modelo de Cálculo dos Valores de contrapartida da SPV	17
7. Recursos Humanos	18
8. Perspectivas para o ano seguinte	19
9. Proposta de Aplicação dos Resultados	19
10. Menções Finais	20

Demonstrações Financeiras

Actividade Consolidada

Balanço em 31 de Dezembro	22
Demonstração dos Resultados por Naturezas	23
Demonstração dos fluxos de caixa	24
Anexo	25
Demonstração das alterações ao capital próprio 2009/2010.....	59
Mapa de Execução Anual do Plano de Investimentos	60



Relatório de Gestão

1. Considerações gerais

A **AMBILITAL** - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM foi constituída, nos termos da lei n.º 58/98, do 18 de Agosto, Lei das Empresas Municipais, Intermunicipais e Regionais – a qual foi entretanto revogada pela Lei 53-F/2006, de 29 de Dezembro, que estatui o regime jurídico do sector empresarial local -, com o fim de gerir o Sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área territorial dos Municípios Associados da AMAGRA.

1. O capital social da **AMBILITAL**, integralmente realizado, é de três milhões e duzentos mil euros, e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma com o valor nominal de um milhão, seiscentos e trinta e dois mil euros, pertencente à “AMAGRA, Associação dos Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente”, e outra com o valor nominal de um milhão, quinhentos e sessenta e oito mil euros, pertencente à sociedade “SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, SA.”, tendo sido aumentado em 2010 em 400.000,00 euros por entradas em dinheiro, já totalmente realizadas.

2. São sócias da **AMBILITAL** a AMAGRA, Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente e a SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.;

3. A AMAGRA, detentora de uma participação de capital de 51%, é uma Associação dos Municípios de Alcácer do Sal, Aljustrel, Ferreira do Alentejo, Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines e tem por objecto, entre outros, projectar, implementar e gerir o sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos dos seus Municípios Associados;



4. Os Municípios da AMAGRA são titulares de um Sistema Intermunicipal de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos constituído por um Aterro Sanitário, Central de Triagem e Sistema de Vidro e 6 ETL's/ERAR devidamente equipados, destinados à recepção, transferência, tratamento e valorização, dos RSU provenientes das recolhas municipais dos Municípios seus Associados;

5. A SUMA, detentora de uma participação de capital de 49%, é uma sociedade comercial que opera na Área da gestão de resíduos sólidos, com experiência comprovada na recolha, valorização, tratamento e deposição final de resíduos, dominando, entre outras, as tecnologias ligadas à recolha selectiva, triagem de materiais, valorização de resíduos por compostagem e ainda deposição final de resíduos sólidos em aterro sanitário;

6. A **AMBILITAL** foi constituída por escritura pública em 5 do Março de 2001 e iniciou a sua actividade em 13 do Março de 2001. Os seus estatutos foram publicados no Diário da República em 5 do Junho do 2001 (III Série DR n.º 130);

7. A empresa tem a sua sede no Monte Novo dos Modernos, freguesia de Ermidas do Sado, concelho de Santiago do Cacém;



2. Actividade da Empresa

A **AMBILITAL** é a entidade melhor vocacionada para apoiar as Associações de Municípios, a AMAGRA e a CIMAL (Ex-AMLA), no acompanhamento da conclusão do investimento inicial, designadamente quanto à avaliação da funcionalidade de todas as suas componentes por forma a garantir as melhores condições da sua utilização, bem como para avaliar e promover os investimentos de ajustamento do Sistema considerando as condições actuais de produção de RSU.

Nos termos dos documentos previsionais para o exercício de 2010 constituíram pressupostos fundamentais da actividade da empresa para o presente exercício:

1. O reforço da estrutura de gestão do Sistema, dotando a empresa das condições necessárias à centralização de competências, afirmando-a como a entidade de referência para a concepção, investimento e gestão em serviços públicos para a recolha e tratamento de RSU;
2. Manter a capacidade do Sistema e ampliar as actividades da empresa e a sua resposta às crescentes exigências de gestão de um maior fluxo de resíduos;

No quadro das preocupações da Associação de Municípios relativamente ao Sistema Intermunicipal, da perspectiva deste quanto às actividades e investimentos futuros a promover em matéria de Resíduos Sólidos Urbanos, bem como dos documentos previsionais aprovados, constituíram actividades mais relevantes da empresa entre as iniciadas ou concluídas no exercício de 2010:

- a) Conclusão do Investimento na nova Unidade de Tratamento Mecânico/Biológico que foi alvo de uma candidatura aprovada no âmbito do QREN e com uma



comparticipação a fundo perdido, após reprogramação, de **3.588.230,77** euros.
Esta unidade será inaugurada a 28/02/2011;

- b) Conclusão do investimento na nova Unidade de Tratamento e Valorização de Resíduos de Construção e Demolição, esta unidade será inaugurada em 28/02/2011;
- c) Implementação da rede supramunicipal de recolha de óleos alimentares usados, por delegação de competências da AMAGRA, investimento de 110 mil euros financiados em 57% pelo Inalentejo/QREN ;
- d) Conclusão do investimento numa nova linha de triagem automática de embalagens, com um investimento de 735 mil euros financiados em 57% pelo Inalentejo/QREN, esta nova linha será inaugurada em 28/02/2011;
- e) A empresa tomou conhecimento em 28 de Dezembro, da aprovação de duas candidaturas que tinha apresentado ao Inalentejo no âmbito do QREN, nomeadamente um novo armazém para materiais provenientes da linha de triagem automática e a implementação de uma rede de recolha selectiva de rolhas de cortiça e o reforço da rede de recolha de vidro;
- f) Conclusão do acesso às novas infra-estruras do centro de gestão de resíduos da Ambilital, incluindo a remodelação do edifício administrativo e reparação da estrada de acesso ao centro;
- g) Conclusão do fornecimento de um novo PT com a capacidade nominal de 1250 KVA e remodelou as suas linhas de média tensão, investimento aproximado de 110 mil euros;
- h) A empresa concluiu o investimento na instalação eléctrica da nova linha de triagem automática, investimento 55 mil euros;
- i) Realização de campanha de sensibilização no âmbito da recolha selectiva de óleos alimentares usados;
- j) A empresa continua a efectuar a monitorização mensal do Aterro sanitário e monitorização semestral das lixeiras encerradas;
- k) A empresa renovou o Seguro de responsabilidade ambiental e o Plano de prevenção e danos ambientais;



- l) Foi efectuada uma grande reparação no equipamento CAT 963 C;
- m) Efectuaram-se alguns arranjos paisagísticos no centro de gestão de resíduos;
- n) Deu-se início mais uma vez à Eliminação do passivo de lixiviado com recurso a empresas externas;
- o) Deu-se início ao estudo para preparação de uma candidatura para execução de uma unidade de produção de combustíveis derivados de resíduos;
- p) Preparação e colaboração no evento Festival Sudoeste 2010;
- q) Salientamos que foi arquivado o processo de contra-ordenação com o nº CO/002306/07 instaurado pelo IGAOT. O processo foi constituído por 2 contra-ordenações e estavam relacionadas com a exploração do aterro, nomeadamente a monitorização e controle do biogás e o tratamento do lixiviado produzidos pelo aterro. Os problemas detectados pela equipa de inspecção do IGAOT tinham resultado de dificuldades diversas relacionados com atrasos em procedimentos de contratação e de exploração do aterro mas, pelo facto da AMBILITAL ter tido, ao longo dos anos, um comportamento exemplar nestas matérias sempre acreditámos no desfecho que acabou por ocorrer.

3. Sistema Municipal de Tratamento e Valorização de RSU

O Sistema Municipal do Tratamento do Resíduos Sólidos Urbanos da AMAGRA é constituído pelo Aterro Sanitário, Central de Triagem e Sistema de Vidro localizados em Ermidas Sado e seis ETL's/ERAR localizadas em Odemira, Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Ferreira do Alentejo e Aljustrel.

3.1 Subsistema de tratamento pela Deposição em Aterro de RSU

O Aterro Sanitário de Ermidas do Sado encontra-se em funcionamento desde 13 de Março de 2000 dispondo de um volume total de 685.000 m³.

Durante todo o exercício de 2010 foram recepcionadas no Sistema e depositadas em Aterro 64.552 toneladas de RSU, mais 2,49% do que o depositado em 2009 (62.979 ton), assim distribuídas por resíduo e produtor:

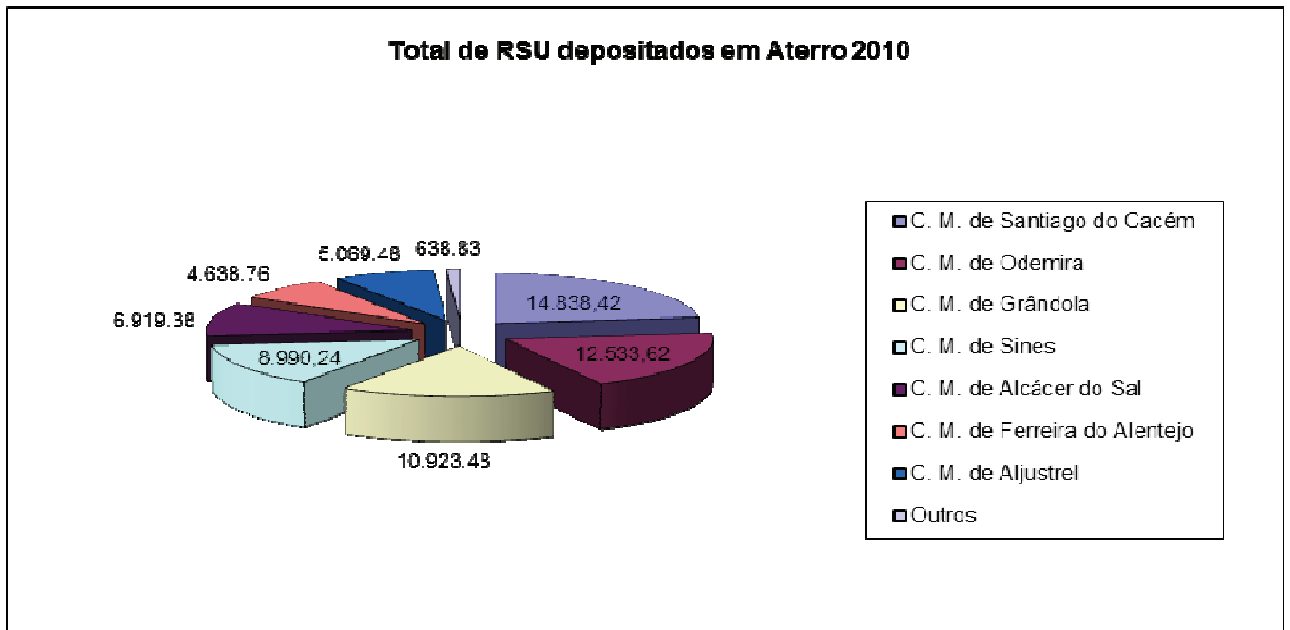


Gráfico 1 - RSU recebidos no Sistema em 2010.

Tipo de Resíduos	Cód.LER	CM Alcácer do Sal	CM Aljustrel	CM Ferreira do Alentejo	CM Grândola	CM Odemira	CM Santiago do Cacém	CM Sines	Outros	TOTAIS
Mistura de Resíduos Urbanos e equiparados	20 03 01	6.321	4.153,58	4.299,80	9.942,05	12.239,92	13.454,92	8.678,14	317,33	59.406,74
Resíduos de mercado	20 03 02				3,06	5,64	9,62		0	18,32
Monstros	20 03 07	130,78	243,12	97,1	153,09	257,58	490,56	201,04	23,055	1.596,33
Resíduos Biodegradáveis	20 02 01	317,96	593,78	235,38	459,98	12,08	880,9	108,76	136,3	2.745,14
Resíduos de Limpeza de Ruas	20 03 03	139,64	79		350,1	0	0,6		7,52	576,86
Plástico	20 01 39	2,82			0	10,42		1,58	2,96	17,78
Outros resíduos não biodegradáveis	20 02 03	0		6,48	2,58		0,72		0	9,78
Resíduos Urbanos e Equiparados não anteriormente especificados	20 03 99	0							0,06	0,06
REEE	20 01 36								1,3	1,30
Madeira	20 01 38	0			2,94				20,62	23,56
Embalagens de Madeira	15 01 03								0,88	0,88
Embalagens de Papel	15 01 01	2,2					1,1		8,53	11,83
Embalagens de Plástico	15 01 02					0		0,72	19,193	19,91
Embalagens de Metal	15 01 04								0	0,00
Mistura de Embalagens	15 01 06	2			2,18	7,72			16,48	28,38
Vidro	20 01 02	0			0,16	0,26			2,28	2,70
Papel Cartão	20 01 01	2,66			2,82				0,38	5,86
Roupas	20 01 10				0,32	0			4,68	5,00
Texteis	20 01 11	0,32							0	0,32
terras e pedras	20 02 02				4,2				0	4,20
Resíduos Biodegradáveis de Refeitórios e Cantinas	20 01 08								74,22	74,22
Outras frações não anteriormente especificadas	20 01 99								3,04	3,04
TOTAIS		6.919,38	5.069,48	4.638,76	10.923,48	12.533,62	14.838,42	8.990,24	638,83	64.552,21



Quadro I – Quadro da produção de resíduos em 2010 por tipo de resíduos e por produtor.

3.2 Subsistema de Recolha, Transporte, Separação e Valorização de Recicláveis

Apesar do subsistema ter entrado em funcionamento em meados de 2005, esta actividade ainda apresenta valores de recolha que representam apenas cerca de 8% dos resíduos entrados em Aterro. O início da actividade da recolha separativa e o seu desenvolvimento, para além das óbvias vantagens ambientais pelo facto de passar a ser possível a reutilização de vários materiais, vem contribuir para prolongar a vida útil do Aterro Sanitário.

Importa salientar que, conforme foi referido anteriormente, e não obstante todos os investimentos em sensibilização, equipamentos e recursos humanos, no sentido de se conseguir atingir os objectivos de recolha que viabilizem economicamente o subsistema e que tenham um impacto positivo na vida útil do aterro e na melhoria das condições ambientais, ainda não foi possível atingir os valores de recolha que permitam desonerar os Municípios e tornar este subsistema sustentável. Sobre este aspecto importa ler, no ponto 6 as considerações sobre o novo modelo de cálculo dos valores de contrapartida a pagar pela SPV aos sistemas gestores.

Apesar do referido anteriormente, estão, genericamente, a ser cumpridos os pressupostos da reformulação do estudo de viabilidade do sistema de recicláveis, aprovado pela Amagra.

De Janeiro a Dezembro foram encaminhadas para reciclagem 4550,22 toneladas de resíduos de embalagem recicláveis, nomeadamente:



Resíduos de embalagem (SPV)	2009		2010		Diferencial		
	Total		Total		(ton)	(%)	
	Lotes	Quantidade	Lotes	Quantidade			
Vidro	73	1.962,76	72	1.905,96	-56,80	-2,89	
Papéis/ Cartão	Embalagem Não Embalagem	97	1.518,32	84	1.471,87	-46,45	-3,06
			396,37		490,63	94,27	23,78
ECAL	2	40,04	2	45,96	5,92	14,79	
PET	19	155,18	17	158,70	3,52	2,27	
PET Óleos	4	7,40	4	7,42	0,02	0,27	
EPS	10	7,56	7	5,22	-2,34	-30,95	
PEAD	6	64,82	5	56,68	-8,14	-12,56	
Filme	8	157,60	7	152,90	-4,70	-2,98	
Mistos	7	100,70	7	109,40	8,70	8,64	
Outros Plásticos	1	8,98	0	0,00	-8,98	-	
Aço	3	61,66	2	45,04	-16,62	-26,95	
Alumínio	1	2,40	1	6,04	3,64	151,67	
Madeira	32	93,06	27	94,40	1,34	1,44	
sub-Total	263	4.576,84	235	4.550,22	-26,62	-0,58	

Outros resíduos Valorizados

Metais	5	103,22		231,20	127,98	123,99
Pilhas e Acumuladores Usados	2	5,60		2,80	-2,80	-50,00
Toners e Tinteiros	1	0,11		0,54	0,43	409,43
Baterias	1	0,32		0,00	-0,32	-100,00
REEE	40	189,83		199,59	9,76	5,14
Pneus usados	67	471,13		382,86	-88,27	-18,74
Fitas de Rega	5	93,64		26,02	-67,62	-72,21
sub-Total	121,00	863,85	0,00	843,01	-20,84	-2,41
TOTAL	384,00	5.440,69	235,00	5.393,23	-47,46	-0,87

Quadro II – Quadro resumo do material valorizado (toneladas) em 2009/2010, separado por resíduos de embalagem (SPV) e outros resíduos valorizados.

A **AMBILITAL** continuará a exercer uma política de grande preocupação e respeito pelas normas ambientais, cumprindo rigorosamente todas as imposições legais, nomeadamente o controle e monitorização ambientais.



4. Situação económica e financeira

Desde a sua constituição a empresa vem incrementando o número das suas actividades. A empresa tem vindo a executar uma série de investimentos, na sua maior parte apoiados por fundos comunitários dotando-a de meios e capacidade para desenvolver com eficácia as actividades que lhe estão incumbidas. O ano de 2010 teve um papel fulcral nesse período de investimento uma vez que decorreu nesse ano a grande fatia de investimento em duas novas unidades que serão um marco na actividade da AMBILITAL e na gestão de resíduos da região, nomeadamente a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico e a Unidade de tratamento de resíduos de construção e demolição.

Foram já recebidos os valores em falta referentes a candidaturas anteriores e que já se encontravam totalmente executadas. Apesar do atraso no pagamento por parte das autoridades oficiais foi possível durante o ano de 2010 receber os valores em falta.

Em 2010 foi aprovada uma reprogramação financeira da candidatura da UTM que permitiu o aumento do financiamento comunitário em cerca de 476.543,81 euros, passando para um total de co-financiamento a fundo perdido de 3.588.230,77 euros e foram aprovadas mais 2 candidaturas a somar às anteriores 5 aprovadas em 2009 e cujos projectos já iniciaram ou estão prestes a iniciar. As duas candidaturas aprovadas foram as seguintes:

- a) Optimização da rede de recolha selectiva de vidro e implementação de rede de recolha selectiva de rolhas de cortiça
- b) Construção de zona de armazenamento Triagem Automática

Estes sete projectos representam um investimento de 3.208.449,01 euros e um financiamento a fundo perdido de 1.861.745,68 euros e que representa uma taxa de comparticipação entre 57% e 60%.



No Quadro III apresentam-se alguns indicadores económicos/financeiros, que reflectem a actividade da empresa. Salientamos que apesar do notório esforço efectuado pelo Municípios, com maior atraso de pagamento, em diminuir e regularizar os valores em dívida através de planos de pagamento que têm sido escrupulosamente cumpridos e que se reflectem na diminuição dos Prazos Médios de Recebimento em relação ao ano anterior, a Administração da empresa não pode deixar de salientar os níveis de endividamento e do prazo médio de recebimento que, em anos de grandes investimento como foi o ano de 2008, 2009 e 2010 (e continuará em 2011), poderão causar grandes transtornos e constrangimentos, ao nível da tesouraria, à empresa.

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

	euros		
	2010	2009	Var.%
Actividade Consolidada			
Volume de Negócios	3.437.155,89	3.391.797,99	1,34%
Resultado antes impostos e subsídios	433.559,42	423.053,66	2,48%
Resultado Líquido	755.033,07	963.719,46	-21,65%
Cash-Flow (1)	1.044.653,84	1.078.030,28	-3,10%
Rentabilidade das Vendas e Prest. Serviços	21,97%	28,41%	-22,69%
Total do Activo	17.620.961,37	13.738.414,50	28,26%
Capitais Próprios	11.754.046,43	7.974.113,47	47,40%
Passivo	5.866.914,94	5.764.301,02	1,78%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (2)	7,65%	nota (2)	nota (2)
Rentabilidade do Activo	8,57%	7,01%	22,17%
Passivo / Capitais Próprios	49,91%	72,29%	-30,95%
Activo / Passivo	300,34%	238,34%	26,02%
PMR - Prazo Médio de Recebimento (dias)	114	130	-55,89%
PMP - Prazo Médio de Pagamento (dias)	79	68	-41,38%

(1) Resultado Líquido + Amortizações + Ajustamentos + Provisões - Subsídios ao Investimento

(2) Não apresentamos a rentabilidade dos capitais próprios de 2009 uma vez que para o seu cálculo fazemos uma média com o valor do CP de 2008 e não temos esse valor com base no normativo SNC

Quadro III – Indicadores Económico/Financeiros da actividade



4.1 Elementos de informação económica/financeira

Em 2010 procedeu-se à adopção do SNC, novo normativo contabilístico em Portugal.

Pela adopção desse normativo foram efectuados alguns ajustamentos cujos de maior monta se apresentam de seguida:

- a) Foram revalorizados os seguintes bens:
 - (i) Camião Articulado CAT 725;
 - (ii) Pá de Rastos CAT 963.

- b) Foram alteradas as taxas de amortização por força do ajustamento na vida útil de determinados equipamentos, sobretudo viaturas pesadas, e respectivo ajustamento das amortizações acumuladas;

- c) Reclassificação contabilística dos subsídios ao investimento que foram transferidos para a conta 59. Essa transferência não foi directa uma vez que o novo normativo obriga a que sejam verificados determinados pressupostos para que os subsídios sejam relevados no capital próprio. Dessa forma apenas parte dos valores anteriormente contabilizados na 27 foram transferidos para o capital próprio (conta 59)

Todos estes movimentos geraram impostos diferidos que foram devidamente considerados e contabilizados de acordo com as novas regras.

As contas apresentadas com este relatório são apresentadas de acordo com o novo normativo.

Com um total de gastos de € **3.097.466,06**, entre os quais assumem relevância as depreciações/amortizações (21,97%), os custos com o pessoal (34,78%), os fornecimentos e serviços externos (22,21%), o custo com combustível (10,82%), e um total de rendimentos de € **3.922.057,97**, entre os quais assumem relevância as vendas de resíduos recicláveis à SPV (16,81%), a prestação de serviços de recolha, tratamento e deposição em aterro de RSU (41,55%), a prestação de serviços de recolha e valorização



de resíduos recicláveis (24,91%) e os outros ganhos e rendimentos (11,29%) entre os quais se destacam os subsídios ao Investimento que atingiram em 2010 o valor de 391.032,49 euros. A empresa registou um resultado antes de impostos e subsídios ao investimento de € 433.559,42, e um resultado líquido de € 755.033,07, a que corresponde uma margem líquida (Resultado Líquido / (Proveitos Operacionais – subsídios ao investimento)) de 21,64%.

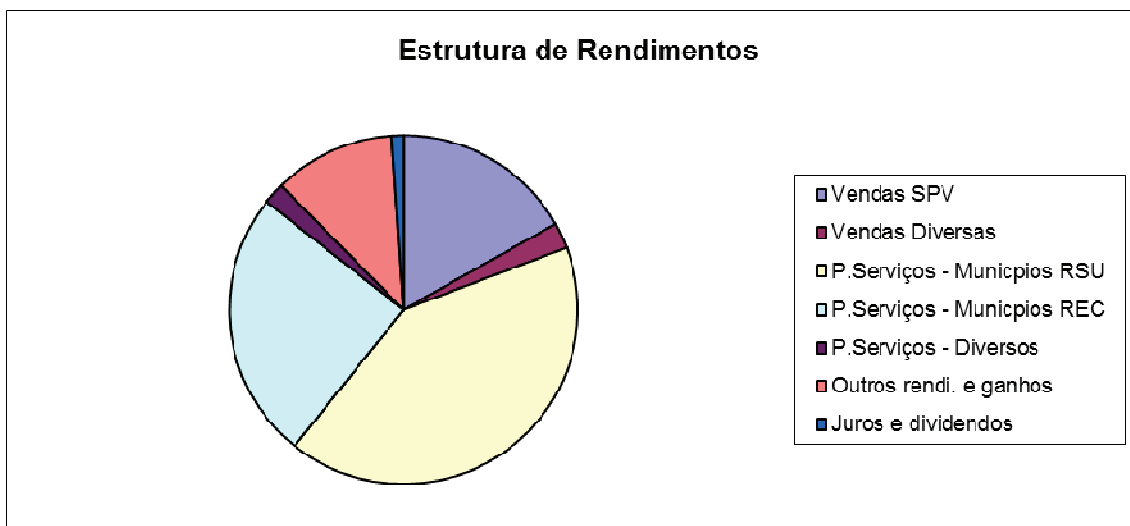
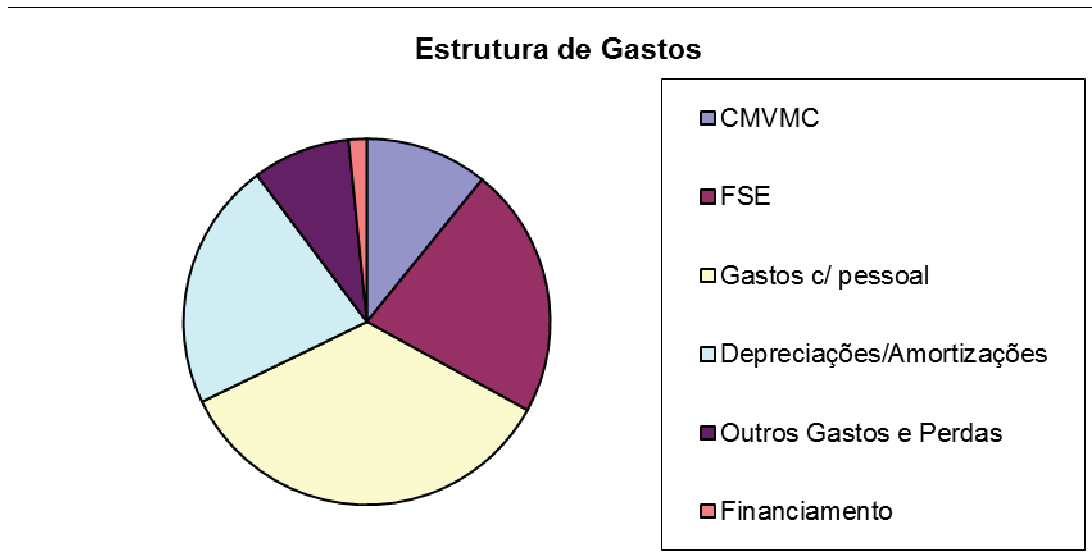


Gráfico 2 – Estrutura de gastos e rendimentos 2010

O activo em 2010 ascendeu a 17.620.961,37 €, o que representa uma variação negativa de apenas 1,28% face ao ano de 2009.



5. Enquadramento fiscal/legal das provisões

A empresa considerou até ao ano de 2006 como custo contabilístico e fiscal, as provisões constituídas para fazer face às operações de selagem e monitorização do aterro pós-encerramento, na expectativa do deferimento dos requerimentos remetidos ao Director Geral dos Impostos, nos termos e para efeitos do artigo 38º do CIRC. Os valores estimados para essas operações, com base em estudos elaborados para o efeito são, a 31 de Dezembro de 2006, de 1.207.042,00 euros para a operação de selagem e 724.643,84 euros para a operação de monitorização pós-encerramento. O valor para a operação de selagem resulta de uma reformulação da estimativa dos custos a incorrer com a operação, tendo sido revisto em alta o valor previsto passando dos anteriores 750.000,00 euros para 1.207.042,00 euros. Esse novo valor foi considerado, para efeitos do cálculo da respectiva provisão, nas contas de 2006, e foi remetido em 20 de Junho de 2007, um novo requerimento ao Director Geral dos Impostos apresentando a reformulação do estudo e o novo valor de base ao cálculo da respectiva provisão.

A 5 e 10 de Dezembro de 2007 foram recebidas as respostas da DGCI em que são indeferidos os pedidos formulados pela AMBILITAL com a justificação "...da falta de base legal, por não se enquadrarem no artigo 38º do Código do IRC, uma vez que o legislador foi bastante preciso na letra e sentido da lei ao restringir tal regime apenas às entidades de indústria extractiva".

Em Janeiro de 2008 a AMBILITAL apresentou recursos hierárquicos e foi, em sequência, inspeccionada pela própria DGCI a 21 de Janeiro de 2008. A 13 de Maio de 2008 foi negado provimento aos recursos hierárquicos apresentados pela AMBILITAL. Ainda durante esse mês recebeu a nota de liquidação do IRC referente à não aceitação como custo fiscal das provisões no exercício de 2004, no valor de 71.170,19 euros (incluindo juros compensatórios), tendo recebido em Junho a nota de liquidação referente ao exercício de 2005, no valor de 52.720,97 euros (incluindo juros compensatórios) e em Agosto a nota de liquidação referente ao exercício de 2006, no valor de 94.536,54 euros (incluindo juros compensatórios).



A AMBILITAL efectuou, dentro dos prazos legais, os pagamentos do IRC liquidado, efectuando o respectivo lançamento contabilístico a débito da conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos uma vez que considera ser este um activo a recuperar e apresentou de seguida reclamação graciosa das referidas liquidações que foram posteriormente indeferidas. A 24 de Novembro de 2008 a AMBILITAL apresentou recursos hierárquicos dos indeferimentos das reclamações graciosas (referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006), tendo todos eles sido indeferidos.

A Administração da AMBILITAL, como sempre referiu, acredita na aceitação como custo fiscal das provisões para selagem e monitorização do aterro, actividades e processos impostos por lei e que a AMBILITAL, no total respeito pela lei e pela preservação do ambiente, quer cumprir. Esta convicção saiu reforçada com a aprovação do Orçamento de Estado para 2009 que alterou os artigos 34º e 38º do CIRC no sentido de contemplar a aceitação fiscal das provisões constituídas pelas empresas de tratamento e eliminação de resíduos que se destinarem a fazer face aos encargos com a recuperação paisagística e ambiental dos locais afectos à exploração, sempre que tal seja obrigatório e após a cessação desta. Para além disso introduz uma disposição transitória no sentido de aceitar fiscalmente as provisões constituídas em anos anteriores, como é o caso da AMBILITAL. Nesse sentido a AMBILITAL apresentou em Abril de 2009 um requerimento a solicitar a aceitação fiscal dos custos relacionados com as provisões de acordo e para cumprimento do disposto no artigo 71.º da Lei n.º 64-A/2008.

Não obstante ainda não termos sido ressarcidos dos valores pagos a título de liquidação adicional de IRC e respectivos juros compensatórios, pensamos que as alterações ao código do IRC, introduzidas pelo Orçamento de Estado para 2009, surgem no sentido de enquadrar em termos fiscais uma determinação legal, aspecto sobre o qual a AMBILITAL tem vindo, desde há muitos anos, a alertar e vê agora, salvo opinião em contrário, ser-lhe dada razão. Assim, continuamos a aguardar uma resposta em relação ao nosso requerimento ao qual já deveríamos ter uma resposta nesta altura, tendo a AMBILITAL, em resposta a um dos habituais contactos com os serviços do IRC, obtido um compromisso de resposta até uma determinada data que não foi, uma vez mais, cumprida.



Importa salientar ainda que a partir do exercício de 2007, inclusive, o procedimento de afectação do resultado do exercício pela quota-parte do valor previsto para a selagem e monitorização do aterro após o seu encerramento foi alterado. Deixaram de ser efectuados reforços das provisões para selagem e monitorização do Aterro após o seu esgotamento mas os resultados dos exercícios continuaram a ser afectados pelo valor a que corresponde a quota parte do valor estimado dos custos a incorrer com as operações de selagem e monitorização do aterro após o seu esgotamento, não através da consideração da contabilização de uma provisão, entendida como aceite em sede fiscal, conforme foi efectuado até ao ano de 2006, mas com base no “princípio da especialização de exercícios”, através do diferimento de proveitos correspondente à parte incorporada na tarifa destinada a fazer face às despesas de encerramento e manutenção pós encerramento, conforme previsto no Dec - Lei 152/2002.

Esta alteração foi decidida por prudência dado o indeferimento por parte da DGCI, em meados de Dezembro de 2007, dos nossos requerimentos, de solicitação da aceitação fiscal dos custos decorrentes da constituição das provisões, conforme melhor explicado em cima.

No ano 2008 terminou a especialização do custo previsto de selagem e monitorização do aterro após o seu encerramento, através de provisões (procedimento até 2006) e através do diferimento de proveitos (a partir de 2007, inclusive), uma vez que o mesmo se encontra totalmente considerado nos respectivos exercícios.

6. Novo modelo de cálculo dos valores de contrapartida da SPV e EGSRA – Associação de Empresas Gestoras de Sistemas de Resíduos.

Em 2009 foi constituída a **EGSRA – Associação de Empresas Gestoras de Sistemas de Resíduos**. Esta associação, da qual a AMBILITAL faz parte como membro fundador, tem como objectivo a defesa dos interesses dos seus associados no que concerne ao desenvolvimento das actividades económicas daqueles, no domínio da gestão ou exploração de sistemas de gestão e tratamento de resíduos. São vários os assuntos e temas que interessam a todos os sistemas associados e que poderão, e deverão, ser



tratados pela Associação, nomeadamente o relacionamento com a SPV (contratos, valores de contrapartida, auditorias, etc.).

Apesar de ainda não ter entrado em vigor, constitui uma forte preocupação da AMBILITAL o novo modelo de cálculo dos valores de contrapartida a pagar pela SPV pela entrega dos resíduos recicláveis, para o biénio 2010/2011, que será implementado, previsivelmente, com efeitos retroactivos.

A AMBILITAL, assim como todos os sistemas da Tipologia 1, foi gravemente lesada com o modelo aprovado para o biénio de 2008/2009 apenas não tendo tido repercussões a nível financeiro porque os sistemas da tipologia 1 foram compensados financeiramente a 100% pelas perdas registadas por esse modelo. No ano de 2009 a aplicação desse modelo, não fosse a compensação financeira, provocaria perdas nas receitas da AMBILITAL no valor de 130.000,00 euros.

Continuam a decorrer reuniões no GAP (Grupo de Acompanhamento Permanente) para definir o novo modelo para o biénio 2010/2011 e a AMBILITAL, assim como outros sistemas Municipais e Intermunicipais, sob a égide da EGSRA, deverão ter uma palavra a dizer.

7. Recursos Humanos

A estrutura dos gastos com pessoal apresenta valores similares aos apresentados no mesmo período de 2009, conforme quadro seguinte:

PESSOAL

Pessoal	2010	2009	Var. %
Gastos com Pessoal (euros) (1)	862.987,70	836.309,01	3,19%
Numero de empregados (2)	45	46	-2,17%
Gasto médio por empregado (euros)	19.177,50	18.180,63	5,48%

(1) gastos registados na contabilidade nas contas 63 com excepção da conta 636 e 638 porque poderiam desvirtuar a comparabilidade dos diversos anos, nomeadamente os custos com o recurso a trabalho temporário, fardamento, etc.

(2) média do nº de trabalhadores ao serviço da empresa na última semana de cada mês de actividade

Quadro IV – Evolução do custo médio por empregado



8. Perspectivas para o ano 2011

O ano 2011 perspectiva-se um ano de viragem na actividade da AMBILITAL e gestão de resíduos da região.

De facto os novos projectos já executados e os investimentos já aprovados e que irão ser executados no decorrer de 2011, funcionarão como uma plataforma integrada de gestão de resíduos que poderão resolver alguns problemas com que a empresa de tem deparado ao longo dos anos. Salientamos com especial relevo as novas unidades de tratamento mecânico e biológico e de tratamento de resíduos de construção e demolição, serão, como foi referido anteriormente, um marco na gestão de resíduos da região e configurarão, em muitos aspectos, uma viragem nas tecnologias actuais do tratamento de resíduos.

A AMBILITAL tem mantido um posicionamento activo e dinâmico no âmbito da estratégia nacional definida no PERSU II, participando em projectos e executando investimentos tendo como pano de fundo esse mesmo enquadramento.

A pressão que os novos empreendimentos turísticos, aprovados para o litoral alentejano, irão exercer sobre o Sistema tanto em termos de quantidades de resíduos produzidos, como em sazonalidade, deverão ter uma atenção e acompanhamento interessado, no sentido da **AMBILITAL** ser parte integrante nas soluções ambientais a encontrar para a gestão desses resíduos.

9. Proposta de Aplicação do Resultados

Nos termos e para cumprimento do estabelecido na alínea f) do nº 5 do artigo 66 do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração propõe que, o **resultado líquido** apurado no exercício de 2010, no valor de **755.033,07** Euros, seja aplicado da seguinte forma:



- Reserva Legal	€ 75.503,31
- Reservas Livres	€ 509.448,08
- Distribuição de Resultados aos sócios	€ 170.081,68

10. Menções Finais

Como evento subsequente à data de referência das demonstrações financeiras, importa referir a inauguração e entrada em funcionamento das novas unidades de tratamento de resíduos referenciadas anteriormente.

Não são de registar factos relevantes ocorridos após o termo do exercício com influência nas demonstrações financeiras.

A Empresa não realizou negócios com os seus Administradores

Não existem débitos em mora à Segurança Social, nem temos acordos de pagamento celebrados. O mesmo se passa relativamente ao Estado e a outros entes públicos, e trabalhadores.

A empresa não possui sucursais.

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Sócios a confiança depositada. Agradece, de igual forma e reconhecidamente, a todos os colaboradores da empresa, o empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados.

Para concluir, uma palavra final de apreço aos nossos fornecedores e demais parceiros de negócios pelo apoio e confiança manifestada ao longo de todo o exercício.

Ermidas Sado, 16 de Fevereiro de 2011



O Conselho de Administração

Idalécio José Viegas Veríssimo

Ana Luisa Matos André Rodrigues

José Carlos Vaz Moreira

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

CÓDIGOS DAS CONTAS (SNC)	Activo	Notas	EXERCÍCIOS	
			2010	2009
			31-Dez-2010	31-Dez-2009
	Activo não corrente			
43+453+455-459	Activos fixos tangíveis	6	11.737.562,45	5.865.358,03
42+452	Propriedades de investimento		0,00	0,00
44 (excepto 441)+454-459	Activos intangíveis	7	0,00	0,00
411+412+413+414-419	Investimentos financeiros	8	1.859.000,00	1.839.270,40
266+288-269	Accionistas/sócios		0,00	0,00
	Total do activo não corrente		13.596.562,45	7.704.628,43
	Activo corrente			
32+33+34+35+36+39	Inventários	9	20.230,70	11.084,10
211+212-219	Clientes	11	1.177.136,97	1.263.896,91
228-229+2713-279	Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
24	Estados e outros entes públicos	12	703.384,81	659.556,69
232+238-239+2721+278-279	Outras contas a receber	13	625.688,18	530.872,47
281	Diferimentos	14	11.898,84	15.221,27
11+12+13	Caixa e depósitos bancários	4	1.486.059,42	3.553.154,63
	Total do activo corrente		4.024.398,92	6.033.786,07
	Total do activo		17.620.961,37	13.738.414,50
	Capital próprio e passivo			
	Capital próprio			
51-261-262	Capital realizado	15	3.200.000,00	2.800.000,00
551	Reservas legais	16	188.350,18	122.691,14
552	Outras reservas	16	1.844.974,24	1.419.418,97
56	Resultados transitados	10/16	528.562,91	285.954,24
59	Outras variações no capital próprio	10/17	5.237.126,03	2.382.329,66
818	Resultado líquido do período		755.033,07	963.719,46
	Total do capital próprio		11.754.046,43	7.974.113,47
	Passivo			
	Passivo não corrente			
29	Provisões	18	1.201.168,64	1.201.168,64
25	Financiamentos obtidos	19	1.196.969,02	1.330.152,59
237+2711+2712+275	Outras contas a pagar		0,00	
	Passivo corrente			
221+222+225	Fornecedores		315.254,32	243.019,62
218+276	Adiantamentos de clientes		0,00	
24	Estado e outros entes públicos	12	156.939,42	147.012,01
264+265+268	Accionistas/sócios		0,00	
25	Financiamentos obtidos	19	736.264,38	748.896,15
282+283	Diferimentos	14	816.964,61	816.964,61
231+238+2711+2712+2722+278	Outras contas a pagar	10/20	1.443.354,55	1.277.087,41
1432	Outros passivos financeiros		0,00	
	Total do passivo		5.866.914,94	5.764.301,02
	Total do capital próprio e do passivo		17.620.961,37	13.738.414,50

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O PERÍODO DE 12 MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

CÓDIGOS DAS CONTAS (SNC)		Notas	EXERCÍCIOS	
			2010	2009
	Rendimentos e Gastos			
71+72	Vendas e serviços prestados	21	3.437.155,89	3.391.797,99
75	Subsídios à exploração		0,00	0,00
785-685	Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
73	Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
74	Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
-61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-335.060,75	-285.440,05
-62	Fornecimentos e serviços externos	23	-687.963,62	-764.426,77
-63	Gastos com o pessoal	21	-1.077.358,88	-1.012.713,90
-652+7622	Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
-651+7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-89,86	-1.314,91
-67+763	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
-653-657-658+7623+7627+7628	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizações (perdas/reversões)		0,00	0,00
77-66	Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
78 (excepto 785)+7918+7928+7988	Outros rendimentos e ganhos	25	442.731,56	583.919,62
68 (excepto 685)-6918-6928-6988	Outros gastos e perdas	26	-267.052,97	-236.286,41
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		1.512.361,37	1.675.535,57
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	-680.653,27	-688.539,37
	Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		831.708,10	986.996,20
7911+7921+7981	Juros e rendimentos similares obtidos		42.170,52	77.165,64
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados		-49.286,72	-66.879,63
811	Resultado antes de impostos		824.591,91	997.282,21
812	Imposto sobre o rendimento do período	27	-69.558,84	-33.562,75
818	Resultado líquido do período		755.033,07	963.719,46

Ermidas Sado, 16 de Fevereiro de 2011



Ambital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM
 Empresa Intermunicipal
 Monte Novo dos Modernos - Ermidas Sado - Santiago do Cacém
 Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém
 NIPC 505 255 391
 Capital Social: € 3.200.000

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO DE 12 MESES FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (MÉTODO DIRECTO)

	Exercícios	
	2010	2009
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	3.835.853,74	3.975.170,80
Pagamentos a Fornecedores	-1.812.012,55	-1.758.918,95
Pagamentos ao Pessoal	-860.299,07	-804.865,83
Fluxo gerado pelas operações	1.163.542,12	1.411.386,02
Recebimento do imposto sobre o rendimento		
Pagamento do imposto sobre o rendimento	-109.116,37	-82.793,29
Outros recebimentos relativos à actividade operacional		
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	-102.624,68	-3.006,82
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	951.801,07	1.325.585,91
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		1.745,25
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		-901,04
Fluxo das actividades operacionais (1)	951.801,07	1.326.430,12
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao Investimento	3.599.666,56	237.978,36
Investimentos financeiros	1.687.000,00	
Juros e proveitos similares	44.615,67	117.087,90
Subtotal	5.331.282,23	355.066,26
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-1.707.499,10	-39.432,34
Imobilizações corpóreas	-6.851.502,41	-829.863,42
Imobilizações incorpóreas		
Subtotal	-8.559.001,51	-869.295,76
Fluxo das actividades de investimento (2)	-3.227.719,28	-514.229,50
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos		
Aumento de capital, prestações suplementares e prémio de emissão	400.000,00	800.000,00
Subsídios e doações		
Subtotal	400.000,00	800.000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-145.815,34	-111.868,22
Amortização de contratos de locação financeira	0,00	0,00
Juros e custos similares	-45.361,66	-98.032,48
Dividendos	0,00	-162.262,33
Subtotal	-191.177,00	-372.163,03
Fluxo das actividades de financiamento (3)	208.823,00	427.836,97
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-2.067.095,21	1.240.037,59
Efeitos das diferenças de câmbio	0,00	0,00
Caixa e equivalentes no início do período	3.553.154,63	2.313.117,04
Caixa e equivalentes no fim do período	1.486.059,42	3.553.154,63

Ermidas Sado, 16 de Fevereiro de 2011

ANEXO

1 Identificação da entidade

A sociedade “Ambital – Investimentos Ambientais no Alentejo, E.I.M.”, com sede em Monte Novo dos Modernos, Ermidas Sado, concelho de Santiago do Cacém, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém com o número de matrícula e de pessoa colectiva 505 255 391, foi constituída em 5 de Março de 2001, apresenta um capital social de 3.200.000 € e tem como objecto social a gestão do sistema integrado de recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos da área territorial dos municípios associados da sócia AMAGRA.

De seguida, apresentam-se as notas ao balanço e à demonstração dos resultados, excluindo-se as que não se aplicam à situação presente.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de Preparação

Estas demonstrações financeiras constituem as primeiras demonstrações financeiras preparadas pela Empresa de acordo com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em vigor desde 1 de Janeiro de 2010, tendo a Empresa adoptado, na íntegra, as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF's), tal como aprovadas pelo Decreto – Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e preparado o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

Na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2010, o Conselho de Administração alterou determinados critérios de contabilização e valorização para estar em conformidade com as “NCRF's”. Os valores comparativos relativos ao exercício de 2009 foram re-expressos para reflectir estes ajustamentos. A reconciliação e descrição dos impactos da transição do normativo anterior (POC) para as “NCRF's” no Capital próprio e Resultado do exercício e Fluxos de caixa são apresentados na Nota 2.4.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF's requereu o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas adoptadas pela AMBILITAL, com impacto significativo no valor contabilístico

dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos reconhecidos no período de reporte financeiro.

Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor julgamento do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas.

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Euros.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

2.4. Adopção pela primeira vez das NCRF

A AMBILITAL, EIM, adoptou as NCRF, emitidas e em vigor à data de 1 de Janeiro de 2010. A data de transição foi 1 de Janeiro de 2010, tendo a Empresa preparado o seu balanço de abertura a essa data.

Reconciliação dos ajustamentos de transição para as NCRF's

O efeito nos balanços em 31 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2010 da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal (“POC”) para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as “NCRF's” em vigor em 1 de Janeiro de 2010 pode ser detalhado como segue:

Mapa de ajustamentos pela adopção do SNC

CÓDIGOS DAS CONTAS (POC)	POC 31-12-2009	CÓDIGOS DAS CONTAS (SNC)	SNC (01-01-2010)	QUANTIAS POC		CONVERSÃO SNC		QUANTIAS SNC	
				DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO
		43	Activos fixos tangíveis						
		433	Equipamento básico			118.340,00		118.340,00	
		274	Imostos diferidos						
		2742	Passivos por impostos diferidos				19.526,10		19.526,10
		56	Resultados transitados						
		569	Adopção do SNC						
		5694	Justo valor equipamento básico				118.340,00		118.340,00
		5699	Impostos diferidos			19.526,10		19.526,10	
48	Amortizações acumuladas	438	Depreciações acumuladas						
4823	Equipamento básico	43813	Equipamento básico		1.223.170,52	607.138,17		607.138,17	
		274	Imostos diferidos						
		2742	Passivos por impostos diferidos				100.177,80		100.177,80
		56	Resultados transitados						
		569	Adopção do SNC						
		5695	Ajustamento depreciações acumuladas				607.138,17		607.138,17
		5699	Impostos diferidos			100.177,80		100.177,80	
27	Acrescimos e diferimentos								
272	Custos diferidos								
272101	Custos diferidos - despesas sensibilização			12.691,00			12.691,00		
		56	Resultados transitados						
		569	Adopção do SNC						
		5696	Anulação de despesas c/ sensibilização capitalizadas			12.691,00		12.691,00	
		274	Imostos diferidos						
		2742	Passivos por impostos diferidos				470.759,75		470.759,75
		59	Outras Variações no capital próprio						
		593	Subsídios			470.759,75		470.759,75	

CÓDIGOS DAS CONTAS (POC)	POC 31-12-2009	CÓDIGOS DAS CONTAS (SNC)	SNC (01-01-2010)	QUANTIAS		CONVERSÃO		QUANTIAS	
				POC		SNC		SNC	
				DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO	DEBITO	CREDITO
66	Amortizações e ajustamentos do exercício	64	Gastos de depreciação e amortização						
6623	Amortizações equipamento básico	64213	Activos fixos tangíveis - Desreconhecimento			162.220,20			162.220,20
		56	Resultados transitados						
		569	Adopção do SNC						
		5691	Desreconhecimento depreciações - activos fixos tangíveis			162.220,20		162.220,20	
66	Amortizações e ajustamentos do exercício	64	Gastos de depreciação e amortização						
663	Amortizações imobilizações incorpóreas	6431	Activos intangíveis - Desreconhecimento			41.658,12			41.658,12
		56	Resultados transitados						
		569	Adopção do SNC						
		5692	Ajustamento depreciações - activos intangíveis			41.658,12		41.658,12	
		68	Outros gastos e perdas						
		6887	Outros gastos operacionais - Desreconhecimento			8.503,00			8.503,00
		56	Resultados transitados						
		569	Adopção do SNC						
		5693	Desreconhecimento Outros gastos operacionais			8.503,00		8.503,00	
		81	Resultado liquido exercicio						
		8122	Impostos diferidos				94.747,71		94.747,71
		56	Resultados transitados						
		569	Adopção do SNC						
		5699	Impostos diferidos			94.747,71		94.747,71	

Em 31 de Dezembro de 2009 e 1 de Janeiro de 2010, a adopção de princípios e políticas contabilísticas de acordo com as NCRF teve o seguinte efeito nos capitais próprios e no Resultado Líquido.

Reconciliação do Capital Próprio e Resultado Líquido

O montante total de ajustamento à data de transição reflecte o diferencial registado nas demonstrações financeiras decorrente da conversão para as NCRF's. Estes ajustamentos encontram-se reconhecidos em “Resultados transitados”.

Demonstração das alterações no Capital Próprio em 2009

Notas	CÓDIGOS DAS CONTAS (POC)	Descrição	QUANTIAS	
			DEBITO	CREDITO
		Capital próprio em 31-12-2009 (POC)		4.998.700,55
1	5699	Impostos diferidos	94.747,71	
2	5694	Justo valor equipamento básico		118.340,00
3	5699	Impostos diferidos	19.526,10	
4	5695	Ajustamento depreciações acumuladas		607.138,17
5	5699	Impostos diferidos	100.177,80	
6	5696	Anulação de despesas com sensibilização capitalizadas	12.691,00	
7	5691	Desreconhecimento depreciações - activos fixos tangíveis	162.220,20	
8	5692	Ajustamento depreciações - activos intangíveis	41.658,12	
9	5693	Desreconhecimento Outros gastos operacionais	8.503,00	
10	593	Subsídios		2.853.089,40
11	593	Subsídios	470.759,75	
13	818	Impostos diferidos		94.747,71
14	818	Ajustamentos e desreconhecimentos ao RL de 2009		212.381,32
			910.283,68	8.884.397,15
		Capital próprio em 01-01-2010 (SNC)		7.974.113,47

Demonstração das alterações no Resultado Líquido em 2009

(Valores em Euros)

Notas	CÓDIGOS DAS CONTAS (POC)	Descrição	QUANTIAS	
			DEBITO	CREDITO
		RL em 31-12-2009 (POC)		656.590,43
7	64213	Activos fixos tangíveis - Desreconhecimento		162.220,20
8	6431	Activos intangíveis - Desreconhecimento		41.658,12
9	6887	Outros gastos operacionais - Desreconhecimento		8.503,00
13	812	Imposto sobre o rendimento		94.747,71
			0,00	963.719,46
		RL em 31-12-2009 (SNC)		963.719,46

Alterações à Demonstração dos Fluxos de Caixa

As alterações à demonstração dos fluxos de caixa não foram consideradas significativas para divulgação.

Detalhe dos ajustamentos

Os ajustamentos acima referidos na reconciliação do capital próprio e do resultado líquido, resultam das diferenças quantitativas identificadas entre o normativo POC e o SNC, as quais podem ser resumidas, como segue:

1. Regularização do imposto diferido de 2009 - subsídios
2. Mensuração do justo valor de equipamento básico
3. Impostos diferidos relacionados com a mensuração do justo valor de equipamento básico
4. Ajustamento depreciações acumuladas relacionadas com a revisão da vida útil dos activos
5. Impostos diferidos relacionados com a revisão da vida útil dos activos
6. Anulação de despesas c/ sensibilização ambiental capitalizadas
7. Desreconhecimento depreciações - activos fixos tangíveis - revisão da vida útil dos activos

8. Desreconhecimento de depreciações - sensibilização ambiental
9. Desreconhecimento Outros gastos operacionais - sensibilização ambiental
10. Reclassificação da conta 2745 em POC - diferimento de proveitos relacionados com subsidios ao investimento
11. Impostos diferidos relacionados com a reclassificação da conta 2745 em POC para a conta 593 em SNC
12. Ajustamentos e desreconhecimentos ao resultado liquido de 2009
13. Regularização do imposto diferido de 2009 - subsidios
14. Ajustamentos e desreconhecimentos ao RL de 2009

O imposto diferido registado refere-se ao impacto dos ajustamentos referidos nos pontos anteriores tendo em conta o valor contabilístico das diversas rubricas e a sua base fiscal.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem.

3.1. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, com excepção dos seguintes bens que foram revalorizados:

- a) Camião Articulado CAT 725
- b) Pá de Rastos CAT 963

Os activos fixos tangíveis em curso reflectem os activos fixos ainda em fase de construção encontrando-se registados pelo custo de aquisição.

Os activos fixos tangíveis são depreciados de forma linear (método das quotas constantes) desde a data em que os mesmos se encontram disponíveis para uso, pelo período de vida útil estimada. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis dos activos são revistas no final do ano para cada activo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às

vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

3.2. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis referem-se a programas de computador e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações do exercício dos activos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica de “Amortizações e perdas de imparidade”. O método de amortização utilizado nos activos intangíveis com vida útil finita é o método das quotas constantes, tendo-se considerado para estes activos um período de vida útil compreendido entre 3 e 5 anos, a partir da data em que se encontram disponíveis para uso.

3.3. Inventários

As mercadorias, as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor do custo de aquisição. O custo de aquisição inclui o preço de compra, direitos de importação e outros impostos (que não sejam subsequentemente recuperáveis através das entidades fiscais), custos de transporte, manuseamento e outros que sejam necessários incorrer para colocar os inventários no seu local e nas condições actuais. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes são deduzidos aos custos de compra.

O método de custeio utilizado pela Empresa na movimentação das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é o custo médio ponderado.

3.4. Dívidas de terceiros (Clientes e Outras contas a receber)

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas ao justo valor. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Ajustamento de contas a receber”, sendo subseqüentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.6. Capital social

As quotas são classificadas no capital próprio, líquidas dos montantes de capital subscrito e não realizado.

3.7. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subseqüentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efectiva.

São classificados no passivo corrente os financiamentos obtidos que se mantêm no ciclo operacional da empresa por período até 12 meses e são classificados no passivo não corrente os que se mantêm por período superior a 12 meses.

3.8. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor. No caso da AMBILITAL foi estimada uma taxa de 15% de IRC e 1,5% de derrama.

Impostos Correntes

A partir do exercício de 2010, a Empresa passou a estar sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa 15%, acrescida de Derrama de 1,5% conduzindo a uma taxa de imposto, agregada máxima, de 16,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Consequentemente, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2007 a 2010 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de

impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

3.9. Provisões

As provisões existentes estão mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação.

3.10. Subsídios e apoios do Governo

A AMBILITAL reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos activos a que estão associados.

3.11. Custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.12. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor da venda de produtos e/ou da prestação de serviços, no decurso normal da actividade da Empresa líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos, recebidos ou a receber,

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Empresa, e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

Os proveitos relativos a vendas e prestações de serviços em geral são reconhecidos com a sua realização.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização dos exercícios, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efectiva durante o período e até à maturidade.

3.13. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AMBILITAL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.13.1 Provisões

A AMBILITAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões para selagem do Aterro e Monitorização pós encerramento foram consideradas como custo fiscal e contabilizadas nesses termos até ao final do ano de 2006.

A provisão para selagem do aterro, com um custo total estimado de 750.000,00 euros até 2005 e de 1.207.042,00 euros a partir de 2006 inclusive (a estimativa do custo total da operação de selagem do Aterro foi revista em alta com base num novo estudo elaborado em Fevereiro de 2007), e que se destinou a fazer face aos custos estimados a incorrer com a selagem do aterro e recuperação paisagística, foi constituída até 2003 através da consideração do valor de 108.000,00 euros, cerca de 1/7 do valor total estimado à data de referência (750.000,00 euros). O valor da dotação desta provisão a partir de 2004 inclusive tem por base o quociente do nº de toneladas de resíduos depositados no aterro no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de cada ano sobre a capacidade disponível em 31 de Dezembro do respectivo ano, multiplicado pelo valor relativo dos custos estimados da referida operação de selagem, que até 2005 foi de 750.000,00 euros e a partir de 2006, inclusive, foi recalculado em 1.207.042,00 euros, sofrendo actualizações anuais em função da taxa efectiva de inflação.

A provisão para monitorização do aterro pós encerramento, com um custo total estimado de 724.643,84 euros (actualização anual com base na taxa de inflação) destina-se a fazer face aos custos estimados a incorrer com a monitorização e manutenção ambiental do aterro após o seu encerramento e selagem. O valor da dotação desta provisão obedeceu aos mesmos critérios de cálculo da referida anteriormente, considerada a alteração do valor estimado dos respectivos custos a suportar com a operação de pós encerramento e monitorização.

As provisões foram reforçadas até ao final ano de 2006 sendo que a partir de 2007, inclusive, pelos motivos referidos na nota 31 do presente anexo, deixaram de ser reforçadas.

3.13.2 Activos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos activos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas por empresas do sector ao nível internacional.

3.13.3. Imparidades

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas.

3.14. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores de capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa no período em que os dividendos são aprovados pelos accionistas e até ao momento da sua liquidação.

3.14. Eventos subsequentes

Os eventos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras se materiais.

4 Fluxos de caixa

4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

À data do balanço, não existem quaisquer restrições ao uso sobre as disponibilidades da Empresa.

4.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2010, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

(Valores em euros)

	EXERCÍCIOS	
	2010	2009
Numerário	4.000,00	4.000,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.482.059,42	3.549.154,63
Equivalentes de Caixa	0,00	-10.434,62
Caixa e seus equivalentes	1.486.059,42	3.542.720,01
Valor credor em D.O. (dívidas a instituições de crédito)	0,00	10.434,62
Disponibilidades constantes no balanço	1.486.059,42	3.553.154,63

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

5.1 Erros materiais de períodos anteriores

No âmbito da transição para o SNC, reportada a 1 de Janeiro de 2010, a Empresa reviu as vidas úteis dos activos fixos tangíveis tendo concluído que um conjunto de viaturas pesadas apresentava contabilisticamente valores de depreciações acumuladas superiores aos que seriam adequados em função do seu estado de uso. Nesta conformidade, as amortizações acumuladas foram ajustadas retrospectivamente para que o seu valor contabilístico traduzisse as correspondentes novas vidas úteis esperadas. Tal procedimento teve um efeito positivo no Activo e igual diminuição no Capital Próprio (Resultados Transitados) de 607.138 euros.

6 Activos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

Activo Fixo Tangível

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
Activos Fixos Tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	252.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	252.000,00
Edifícios e out. construções	3.403.712,34	0,00	237.337,20	0,00	0,00	3.641.049,54
Equipamento Básico	4.859.823,32	0,00	106.650,00	0,00	-225.700,00	4.740.773,32
Equipamento de Transporte	18.181,19	0,00	0,00	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	118.833,23	0,00	922,58	0,00	0,00	119.755,81
Outros activos fixos tangíveis	199.660,13	0,00	3.682,73	0,00	0,00	203.342,86
Activo em Curso	337.552,44	0,00	6.196.566,67	0,00	230.680,00	6.764.799,11
	9.189.762,65	0,00	6.545.159,18	0,00	4.980,00	15.739.901,83
	9.189.762,65	0,00	6.545.159,18	0,00	4.980,00	15.739.901,83

Depreciações

(Valores em euros)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	ANULAÇ./REVERSÕES	SALDO FINAL
Activos Fixos Tangíveis				
Edifícios e out. construções	919.080,78	185.819,11	0,00	1.104.899,89
Equipamento Básico	2.137.794,30	536.168,07	-77.308,70	2.596.653,67
Equipamento de Transporte	18.181,19	0,00	0,00	18.181,19
Equipamento administrativo	76.318,27	21.861,52	0,00	98.179,79
Outros activos fixos tangíveis	173.030,08	16.057,97	-4.663,21	184.424,84
	3.324.404,62	759.906,67	-81.971,91	4.002.339,38
	3.324.404,62	759.906,67	-81.971,91	4.002.339,38

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Activos em Curso” referem-se às seguintes rubricas:

Activo fixo tangível em curso

(Valores em euros)

RUBRICAS	Valor
Unidade de tratamento mecânico e biológico	5.088.451,75
Ecocentro de Sines	3.872,15
Unidade de Resíduos de construção e demolição	744.487,11
Pavilhão p/zona de armazenagem automática	742.500,00
Sistema de recolha de óleos alimentares usados	83.593,83
Estrada de acesso ao aterro	101.894,27
Total	6.764.799,11

Activos fixos tangíveis revalorizados na transição:

Relativamente aos activos revalorizados na transição, informa-se o seguinte:

Revalorizações

(Valores em euros)

RUBRICAS	Data eficácia da revalorização	Critério avaliação	Valor a 31.12.2009	Aumento no período	Reduções no período	Valor a 01-01-10
Activos fixos tangíveis						
Camião Articulado CAT 725	01-01-2010	Proposta para aquisição apresentada pelo fornecedor original do bem	0,00	68.240,00		68.240,00
Pá de Rastos CAT 963	01-01-2010	Proposta para aquisição apresentada pelo fornecedor original do bem	0,00	50.100,00		50.100,00
			0,00	118.340,00	0,00	118.340,00
			0,00	118.340,00	0,00	118.340,00

7 Activos intangíveis

Os movimentos registados nas rubricas do activo intangível no exercício de 2010 resumem-se como segue:

Activo intangível

(Valores em euros)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
Activos Intangíveis						
Programas software	0,00	0,00	111,57	0,00	0,00	111,57
	0,00	0,00	111,57	0,00	0,00	111,57
	0,00	0,00	111,57	0,00	0,00	111,57

A empresa optou por amortizar, em 2010, a totalidade do Activo intangível porque o seu valor é muito reduzido.

8 Outros activos financeiros

Aplicações Financeiras

A AMBILITAL aplica os seus excedentes de tesouraria em depósitos a prazo em instituições financeiras, com maturidade até 1 ano. A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estes depósitos apresentam a seguinte liquidez:

Investimentos financeiros

(Valores em euros)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
Investimentos financeiros						
Depósitos a prazo (fundo) 2009	1.755.584,24	0,00	83.686,16	0,00	0,00	1.839.270,40
Depósitos a prazo (fundo) 2010	1.839.270,40	0,00	19.729,60	0,00	0,00	1.859.000,00
	1.839.270,40	0,00	19.729,60	0,00	0,00	1.859.000,00

9 Inventários

a) Desdobramento da rubrica “Inventários”

	Ano 2010	Ano 2009
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	20.230,70	11.084,10
Inventários	20.230,70	11.084,10

10 Activos e passivos por Impostos Diferidos

Em 31 de Dezembro de 2010, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	2010	2009
Impacto na demonstração dos resultados		
Passivos por impostos diferidos	68.464	94.748
Impacto no capital próprio		
Passivos por impostos diferidos	563.709	590.464

11 Clientes

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	2010	2009
	Corrente	Corrente
Clientes c/c	1.175.042	1.261.602
Clientes cobrança duvidosa	41.039	41.239
Perdas por imparidade acumuladas	-38.944	-38.944
Total de clientes	1.177.137	1.263.897

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a decomposição da rubrica de Clientes de cobrança duvidosa, é como se segue:

Nome	Valor
Acoril	34.819,74
Viveiros V Gama	3.136,98
Luis Raposo Gonçalves	1.466,37
Maria Estela	1.269,18
Antorgil, Lda.	45,48
Ana Tanoeiro	276,51
Catarino e Catarino	24,61
TOTAL	41.038,87

12 Estado e outros entes públicos

Para o exercício apresentado, o saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

Rubrica	2010	
	Débito	Credito
Impostos sobre o rendimento - IRC	307.422,18	138.022,43
Impostos sobre o rendimento - IRS		5.592,03
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	395.887,63	
Contribuições para a Segurança Social		13.324,96
Outros impostos	75,00	
	703.384,81	156.939,12

O saldo devedor de IVA refere-se a crédito de imposto resultante dos investimentos a que a empresa tem efectuado nos últimos anos.

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

Rubrica - IRC	2010	
	Débito	Credito
Pagamentos por conta	79.567,92	
Retenções na fonte	9.426,56	
Outros	218.427,70	
Estimativa de IRC		138.022,43
	307.422,18	138.022,43

A rubrica outros no valor de 218.427,70 euros refere-se ao pagamento que a AMBILITAL espera ver reembolsado, na sequência do requerimento apresentado em Abril de 2009 no sentido da aceitação das provisões constituídas em exercícios anteriores.

13 Outras contas a receber

Rubrica	2010	
	Débito	Credito
Outros devedores por acréscimos de proveitos	14.690,84	
Operações em Suspenso	5.468,19	
Caução Garrafas de gás	12,61	
Dep.Provisorio EP - Est.Port.	127,06	
Caução EDP	1.630,00	
CCDR Alentejo - PORA	466.598,48	
POVT - FEDER - UTM	136.147,54	
Devedores diversos - Jorge Louro	413,46	
Adiantamento ao pessoal	600,00	
	625.688,18	0,00

Rubrica	2009	
	Débito	Credito
Devedores por acréscimos de rendimentos	105.048,88	
Operações em Suspenso	3.335,75	
Controle Seg. Saude Familiares	256,46	
Caução Garrafas de gás	12,61	
Dep.Provisorio EP - Est.Port.	127,04	
Instituto de Residuos - PORA	258.792,78	
POVT - FEDER - UTM	136.147,54	
Devedores diversos - Jorge Louro	132,00	
EMPILHADORES DE PORTUGAL (ALGARVE), LDA	27.000,00	
Retenções C.G.A.	19,41	
	530.872,47	0,00

14 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2010 a AMBILITAL tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

Rubrica	2010	
	Débito	Credito
Outros gastos a reconhecer	11.898,84	
Gastos a reconhecer	11.898,84	0,00

Rubrica	2010	
	Débito	Credito
Operação de Selagem Aterro		544.483,90
Operação de Monitorização pós encerramento		272.480,71
Rendimentos a reconhecer	0,00	816.964,61

Os gastos a reconhecer referem-se à especialização de seguros e custos diversos de menor valor.

Os rendimentos a reconhecer resultam da alteração do procedimento contabilístico no âmbito das actividades futuras de selagem e monitorização do aterro após o encerramento cujos valores subjacentes foram provisionadas até 2007 e a partir dessa data foram contabilizados como rendimento a reconhecer.

15 Capital

Capital realizado

O aumento do capital social de 2.800.000,00 euros para 3.200.000,00 euros foi subscrito por ambas as sócias na proporção que detêm no capital social, pelo que a sócia Amagra – Associação de Municípios Alentejanos para a Gestão Regional do Ambiente realizou uma nova entrada no valor de duzentos e quatro mil euros (€204.000,00) e a sócia SUMA – Serviços Urbanos e Meio Ambiente realizou uma nova entrada no valor de cento e noventa e seis mil euros (€196.000,00).

Ambas as sócias procederam à realização do aumento de capital referido recorrendo para tanto a entradas em dinheiro.

16 Outras reservas e resultados transitados

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

As outras reservas referem-se a reservas livres cuja constituição foi decidida pelos sócios, nas assembleias de aprovação de contas, as quais podem ser utilizadas livremente pelos sócios.

Distribuições

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 atribuídos aos accionistas/sócios ascenderam, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral datada de 22 de Fevereiro de 2010, a 165.372,12 euros. O seu pagamento ocorreu em Junho de 2010.

A rubrica de Resultados Transitados decompõe-se da seguinte forma:

	2010	2009
Ajustamentos de transição	593.083,27	500.405,85
Ajustamentos de I. Diferidos	-64.520,36	-214.451,61
Total	528.562,91	285.954,24

17 Outras Variações no Capital Próprio

A rubrica “Outras variações no capital próprio” refere-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009:

Outras Variações do Capital Próprio	2010	2009	Variação
Subsídios Recicláveis 70% CCDR	1.810.564,70	2.106.039,56	-14,03%
Subsídios Recicláveis 10% INR	263.651,75	305.862,51	-13,80%
Subsídios RSU 70% CCDR	15.749,33	25.995,83	-39,42%
Subsídios UTM 70% POVT	3.544.966,76	204.114,20	1636,76%
Subsídios OVER 50% CCDR	170.063,82	211.077,30	-19,43%
Subsídios 57% CCDR - PORA	466.598,48	0,00	-
Impostos Diferidos	-1.034.468,81	-470.759,74	119,74%
Total	5.237.126,03	2.382.329,66	119,83%

18 Provisões para outros riscos e encargos

A evolução das provisões para Outros riscos e encargos é como segue:

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
29 - Provisões				
29501 - Selagem do aterro	713.806,09	0,00	0,00	713.806,09
29502 - Monitorização pós encerramento do Aterro	487.362,55	0,00	0,00	487.362,55
Total	1.201.168,64	0,00	0,00	1.201.168,64

19 Financiamentos obtidos

O detalhe dos empréstimos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

Banco	Tipo de crédito	Montante contratado	Montante utilizado	corrente	não corrente
BES	Emprestimo bancário - Crédito a Prazo Fixo Disponibilizado em C/C	1.200.000,00	830.769,28	92.307,68	738.461,60
BES	Emprestimo bancário - Crédito em C/C Disponibilizado em Conta Crédito	600.000,00	600.000,00	600.000,00	0,00
BES	Emprestimo bancário - Crédito a Prazo Fixo Disponibilizado em C/C	600.000,00	502.464,12	43.956,70	458.507,42
	Total	2.400.000,00	1.933.233,40	736.264,38	1.196.969,02

20 Outras contas a pagar

Rubrica	2010	
	Débito	Credito
Fornecedores de investimento		48.629,49
Remunerações a liquidar		99232,36
Outros credores por acréscimos de gastos		142.135,44
Impostos diferidos		1.150.229,48
Retenção para Tribunal		145,36
Devedores diversos		1.756,51
Instituto de Resíduos - PORA		21,22
Credores diversos		1.204,70
	0,00	1.443.354,56

Rubrica	2009	
	Débito	Credito
Fornecedores de investimento		465.114,13
Remunerações a liquidar		96.219,05
Outros credores por acréscimos de gastos		123.279,27
Impostos diferidos		590.463,64
Retenção para Tribunal		1.709,46
Credores diversos		123,28
Sindicatos		178,58
	0,00	1.277.087,41

21 Vendas e Prestação de serviços

	2010	2009
Mercado Interno		
Vendas	752.812,60	893.973,97
P. Serviços	2.684.343,29	2.497.824,02
Total	3.437.155,89	3.391.797,99

22 Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MAT. PRIMAS, SUBS. E DE CONSUMO
Existências iniciais	0,00	11.084,10
Compras	0,00	344.207,35
Existências finais	0,00	20.230,70
Custos no exercício	0,00	335.060,75

23 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos mais significativos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

FSE	2010	2009
Conservação-edifícios e out. const.	122.325,05	9.588,80
Conservação e Manutenção - equip. basico	89.928,39	221.355,25
Rendas Amagra	81.805,08	81.805,08
Trabalhos Especializados	79.392,43	177.125,43
Publicidade e propaganda	43.264,00	0,00
Pneumáticos	40.359,25	34.438,06
Electricidade	37.927,80	35.883,35
GASOLEO	37.791,38	33.002,12
Assessoria à Gestão (SUMA)	28.400,40	26.033,70
Assistência Técnica (SUMA)	14.817,60	17.184,30
Honorários - mercado nacional	13.313,47	16.773,54
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	10.797,06	18.978,81
Outros	87.841,70	92.038,23
	687.963,61	764.206,67

24 Pessoal

Gastos com o pessoal	2010	2009
Vencimentos pessoal	402.831,83	416.196,34
Outros custos com pessoal	200.625,36	162.257,39
Enc. s/Rem.-Pessoal	130.250,68	119.277,85
S. Alimentação pessoal	62.003,93	62.859,27
Vencimentos órgãos sociais	48.080,10	50.000,09
Subs.Transporte - pessoal	37.134,56	37.537,52
S. Férias - pessoal	36.868,52	35.668,44
Prémios - Pessoal	36.038,47	32.875,89
S. Natal - Pessoal	34.629,88	35.668,44
H. Extra - pessoal	23.592,40	25.646,12
Indemnizações e Compensações	23.533,53	3.794,41
Seg.Ac.Trb - Pessoal	13.725,09	13.319,00
Desp. Representação - órgãos sociais	13.461,29	0,00
Outros gastos com o pessoal	14.583,24	17.613,14
	1.077.358,88	1.012.713,90

Nº MÉDIO DE PESSOAS	EXERCÍCIOS	
	2010	2009
Empregados	45	46

Nota: Quociente entre o total de trabalhadores ao serviço na última semana de cada mês de actividade e o número de meses de actividade.

25 Outros Rendimentos e Ganhos

Outros Rendimentos e Ganhos	2010
Imputação de subsídios para investimentos	391.032,46
Correcções relativas a períodos anteriores	41.240,92
Outros rendimentos e ganhos	10.458,18
	442.731,56

26 Outros Gastos e Perdas

Outros Gastos e Perdas	2010
Taxa de Gestão de Resíduos	230.637,81
Quotizações outras	9.000,00
Taxas	6.254,81
Outros gastos e perdas	21.160,35
	267.052,97

27 Impostos sobre o rendimento do período

	2010	2009
Imposto estimado	138.022,43	128.310,46
Imposto diferido	-68.463,59	-94.747,71
Imposto sobre o rendimento	69.558,84	33.562,75

28 Contingências

A Empresa tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias prestadas, a favor de:

- Comissão Coordenadora e de Desenvolvimento.....165.000 euros

29 Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2010, a AMBILITAL é participada pela AMAGRA que detém 51% do capital da empresa e pela SUMA que detém 49%.

29.1. Remuneração do Conselho de Administração e do Fiscal Único

O Conselho de Administração da AMBILITAL foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração e Fiscal Único da Empresa foram as seguintes:

Órgão Social	Valor anual/10	Valor anual/09
Fiscal Único	10.320 EUR	9.792 EUR
Administração	69.555 EUR	57.428 EUR

Não existem empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração.

29.2. Saldos e transacções com entidades relacionadas

Os principais saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

29.2.1. Saldos:

Entidade	Saldo Devedor	Saldo Credor
AMAGRA		
Fornecedor		32.994,72
SUMA, S.A.		
Fornecedor		17.431,27

29.2.2. Transacções

(Valores em euros)

RUBRICAS	Valor
Compras de serviços (SUMA e AMAGRA)	125.059,08
Total	125.059,08

30 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A AMBILITAL realizou 3 projectos que foram alvo de candidaturas no âmbito do PORA (QCA III), tem 1 projecto a terminar (vai ser inaugurado no dia 28 de Fevereiro) apoiado pelo POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território (QREN), em fase final de execução e tem 7 projectos aprovados pela CCDR - Alentejo no âmbito do PORA, em que 2 estão em fase de execução e os restantes 5 vão iniciar durante o ano de 2011:

- a) Projecto de investimento “Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro”;
- b) Projecto de investimento “Construção/adaptação da ETAL”;
- c) Projecto de investimento “Sistema de Monitorização de Ecopontos” que consiste em Investimentos complementares de equipamentos e software no Sistema de Recicláveis e investimento num sistema, em formato de experiência piloto, de recolha e encaminhamento de RUB’s”;
- d) Projecto de investimento “Construção e exploração de uma unidade de tratamento mecânico e biológico por compostagem de resíduos”;
- e) Ecocentro de Sines;
- f) Automatização da Linha de Triagem;
- g) Optimização da Recolha selectiva;
- h) Aproveitamento do Biogás;
- i) Sistema de Recolha de óleos usados;
- j) Optimização da rede de recolha selectiva de vidro e implementação de rede de recolha selectiva de rolhas de cortiça;
- k) Construção de zona de armazenamento Triagem Automática.

Os primeiros 3 projectos de investimento encontram-se totalmente realizados e pagos pelas entidades co-financiadoras.

Para todos os projectos foram assinados contratos programa ou contratos de participação financeira.

Para o projecto “Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro” foram aprovadas participações de 70% por parte da CCDR e 10% por parte do INR (os 10% do INR não englobam a parte do projecto que diz respeito aos investimentos complementares ao

Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro). Os valores do Investimento, respectivos subsídios e amortizações do projecto são apresentados na tabela seguinte:

Bens de Investimento	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados				Amortizações acumuladas em 31-12-10	Subsidio transferido para o resultado do exercício de 2010	Subsidio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%	INR	%			
C.Triagem e Edif. Administrativo	1.610.648,90	1.205.867,77	628.347,15	52,11%	89.763,88	7,44%	358.554,52	41.292,91	230.552,11
Equipamentos C.Triagem e Edif.Administ.		674.509,63	472.156,74	70,00%	67.450,96	10,00%	467.017,60	62.351,59	373.614,08
Adapt.de ETL's e construção 2 ERAR's	2.252.000,00	1.823.491,72	1.094.483,72	60,02%	156.354,82	8,57%	478.666,57	62.541,93	328.345,12
Equipamentos das ETL's e ERAR's		369.897,09	164.982,57	44,60%	23.568,94	6,37%	283.779,90	25.431,30	147.255,90
Ecopontos	596.416,25	418.305,00	292.687,50	69,97%	41.812,50	10,00%	418.305,00	0,00	334.500,00
Viatura Multifunções		53.600,00	37.520,00	70,00%	5.360,00	10,00%	29.926,67	4.288,00	37.030,45
Viaturas	1.088.692,44	1.039.468,30	727.627,81	70,00%	103.946,83	10,00%	580.369,80	83.157,46	845.434,22
Campanha de sensibilização	204.059,29	221.949,95	142.841,50	64,36%	20.405,93	9,19%	221.949,95	0,00	163.247,43
Fiscalização	87.112,26	53.695,54	35.533,75	66,18%	5.076,25	9,45%	14.451,76	2.030,50	10.925,79
Estudo Económico/Financeiro	107.000,00	8.400,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	8.400,00	0,00	0,00
Estudo dos Circuitos de Recolha		24.000,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%	24.000,00	0,00	0,00
Equipamento de Transporte	94.500,00	94.500,00	66.150,00	70,00%	-	-	94.500,00	1.102,50	66.150,00
Camião articulado	170.600,00	170.600,00	119.420,00	70,00%	-	-	170.600,00	0,00	119.372,40
Contentores	21.750,00	21.750,00	15.225,00	70,00%	-	-	21.020,95	2.175,00	10.616,42
Queimador de Biogás	69.690,00	69.690,00	48.783,00	70,00%	-	-	53.926,60	6.969,00	37.736,40
Pá de Rastos	167.000,00	167.000,00	116.900,00	70,00%	-	-	167.000,00	0,00	116.853,41
Compressor	1.470,00	1.470,00	1.029,00	70,00%	-	-	1.470,00	0,00	1.029,00
Abrigo Sombreador	1.500,00	1.500,00	1.050,00	70,00%	-	-	1.500,00	0,00	1.050,06
Telas para Abrigo sombreador	1.086,25	1.086,25	760,38	70,00%	-	-	1.086,25	0,00	760,38
	6.473.525,39	6.420.781,25	3.965.498,13	-	513.740,11	-	3.396.525,57	291.340,20	2.824.473,16

Notas:

- A rubrica do investimento "Fiscalização" foi, em termos de imobilizado, incluída nas rubricas "C.Triagem e Edif. Administrativo" e "Adapt.de ETL's e construção 2 ERAR's", ou seja, foi contabilizada na conta 422 e amortizada de acordo com estas últimas.
- No valor das quatro primeiras rubricas (2 empreitadas) e na rubrica "fiscalização" foram incluídos os valores referentes à revisão de preços apenas encerrada em 2006.
- Do valor executado da rubrica Equipamentos das ETL's e ERAR's foram retirados 49.307,50 referente à venda de 5 trituradoras de resíduos.
- Em 2008 foi efectuada uma reprogramação da candidatura o que originou o aumento do investimento elegível e consequentemente do valor participado. Dessa forma foi efectuada o registo contabilístico dessa alteração tendo sido transferido para o resultado do exercício o valor correspondente às amortizações dos equipamentos efectuadas em 2008, acrescido da correcção referente aos exercícios anteriores, uma vez que esta alteração (reprogramação) também afectou esses exercícios.

O valor total da comparticipação aprovada, no valor de **4.479.238,24 euros**, encontra-se totalmente liquidada.

Para o projecto “Construção/adaptação da ETAL” foram aprovadas comparticipações de 68,46% por parte da CCDR e 9,78% por parte do INR. O projecto entrou em funcionamento em Junho de 2008 e os valores do Investimento, respectivos subsídios e amortizações são os seguintes:

Bens de Investimento	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados				Amortizações acumuladas em 31-12-10	Subsidio transferido para o resultado do exercício de 2010	Subsidio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%	INR	%			
Construção/Adaptação da ETAL	750.000,00	749.959,86	513.439,26	68,46%	73.348,47	9,78%	193.739,77	58.678,81	151.586,94
	750.000,00	749.959,86	513.439,26	-	73.348,47	-	193.739,77	58.678,81	151.586,94

O valor total da comparticipação aprovada encontra-se totalmente liquidada.

Para o projecto “Sistema de Monitorização de Ecopontos” foi aprovada uma comparticipação de 50% por parte da CCDR. O projecto foi totalmente executado durante o primeiro semestre de 2008 entrando em funcionamento no segundo semestre e os valores do Investimento, respectivos subsídios e amortizações são os seguintes:

Rubricas da candidatura	Valor de Investimento Candidatado	Executado	Subsídios Contratados		Amortizações acumuladas em 31-12-10	Subsidio transferido para o resultado do exercício de 2010	Subsidio transferido para o resultado - acumulado
			FEDER	%			
Software de gestão de frotas (1)	32.462,00	24.029,34	12.014,67	50,00%	19.091,25	3.818,28	9.545,70
Equipamento para georeferenciação de ecopontos e recolha de informação (1)	15.667,78	18.572,05	9.286,03	50,00%	12.303,90	2.460,78	6.151,95
Software de gestão de resíduos (1)	14.650,00	13.250,00	6.625,00	50,00%	11.041,65	2.208,36	5.520,90
Viatura de 19 ton para recolha de RUB's	165.000,00	154.000,00	77.000,00	50,00%	38.499,90	7.699,98	30.800,01
Contentores de 240 L e de 120 L	50.738,00	36.900,00	18.450,00	50,00%	13.178,70	2.635,74	6.589,35
Contentores de ecopontos	39.000,00	42.490,00	21.245,00	50,00%	15.174,90	3.034,98	7.587,45
Adaptação das superestruturas de recolha de recicláveis	300.000,00	298.500,00	149.250,00	50,00%	74.625,00	14.925,00	59.700,00
Campanha de sensibilização	31.800,00	25.382,00	12.691,00	50,00%	25.382,00	6.345,46	12.691,00
	649.317,78	613.123,39	306.561,70	-	209.297,30	43.128,58	138.586,36

A comparticipação aprovada no valor de **306.561,70 euros** encontra-se totalmente liquidada.

O projecto “Construção e exploração de uma unidade de tratamento mecânico e biológico por compostagem de resíduos” aprovado no âmbito do POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território (QREN) no 2º semestre de 2008, previa um investimento de, aproximadamente, 5.166.566,68 euros e uma comparticipação no valor de **3.588.230,77** euros e encontra-se em fase final de execução, estando já marcada a inauguração e início de funcionamento a 28/02/2011.

Em relação às últimas 7 candidaturas encontram-se em execução o “Sistema de Recolha de óleos usados” e a “Automatização da Linha de Triagem” e as restantes aguardam o início da execução durante o ano de 2011.

31- Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

a) Nos termos da DL nº 152/2002 de 23 de Maio, a AMBILITAL deverá proceder ao encerramento do aterro sanitário que explora, bem como garantir a manutenção pós-encerramento nos 30 anos subsequentes ao seu encerramento, nos termos do disposto na parte II do anexo IV, conforme disposições do seu artigo 26.

Nessa conformidade, e para fazer face à obrigação de encerramento, a AMBILITAL constituiu, em 2002, uma provisão que foi reforçada até ao ano de 2006, para fazer face aos encargos a incorrer com a operação de encerramento e selagem mencionada no artigo referido no parágrafo anterior.

Decorrente da segunda obrigação quanto à manutenção ambiental no período posterior ao encerramento do Aterro, a AMBILITAL constituiu, em 2003, uma provisão que foi reforçada até ao ano de 2006, para fazer face aos encargos a incorrer com a operação de manutenção ambiental mencionada no artigo acima mencionado.

Nos termos da legislação em vigor, foram apresentados requerimentos, em 19 de Agosto de 2002 (com novo envio a 20 de Junho de 2007 com actualização do valor previsto para o encerramento do aterro conforme nota nº 3) e 29 de Dezembro de 2003, ao Director Geral dos Impostos no sentido de que os valores das provisões para selagem e monitorização do aterro sejam aceites como custo fiscal.

A 5 e 10 de Dezembro de 2007 foram recebidas as respostas da DGCI em que são indeferidos os pedidos formulados pela AMBILITAL com a justificação “...**da falta de base legal, por não se enquadrarem no artigo 38º do Código do IRC, uma vez que o**

legislador foi bastante preciso na letra e sentido da lei ao restringir tal regime apenas às entidades de indústria extractiva”.

b) Em Janeiro de 2008 a AMBILITAL apresentou recursos hierárquicos e foi, em sequência, inspeccionada pela própria DGCI a 21 de Janeiro de 2008. A 13 de Maio de 2008 foi negado provimento aos recursos hierárquicos apresentados pela AMBILITAL. Ainda durante esse mês recebeu a nota de liquidação do IRC referente à não aceitação como custo fiscal das provisões no exercício de 2004, no valor de 71.170,19 euros (incluindo juros compensatórios), tendo recebido em Junho a nota de liquidação referente ao exercício de 2005, no valor de 52.720,97 euros (incluindo juros compensatórios) e em Agosto a nota de liquidação referente ao exercício de 2006, no valor de 94.536,54 euros (incluindo juros compensatórios).

A AMBILITAL efectuou, dentro dos prazos legais, os pagamentos do IRC liquidado, efectuando o respectivo lançamento contabilístico a débito da conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos uma vez que considera ser este um activo a recuperar e apresentou de seguida reclamação graciosa das referidas liquidações que foram posteriormente indeferidas. A 24 de Novembro de 2008 a AMBILITAL apresentou recursos hierárquicos dos indeferimentos das reclamações graciosas (referentes aos anos 2004, 2005 e 2006), os quais foram indeferidos pela Administração Fiscal.

Face do exposto anteriormente, a partir de 2007 inclusive, foi decidido optar, em alternativa ao reforço das provisões, pelo deferimento de rendimentos e de igual valor, procedimento sustentado no princípio da especialização dos exercícios, e nas disposições do Dec. Lei 152/2002. Esta alteração foi decidida por prudência dado o indeferimento por parte da DGCI aos nossos requerimentos, a solicitar a aceitação fiscal dos custos decorrentes da constituição das provisões.

Entretanto, o Orçamento de Estado para 2009 alterou os artigos 34º e 38º do CIRC no sentido de contemplar a aceitação fiscal das provisões constituídas pelas empresas de tratamento e eliminação de resíduos que se destinarem a fazer face aos encargos com a recuperação paisagística e ambiental dos locais afectos à exploração, sempre que tal seja obrigatório e após a cessação desta. Para além disso introduziu uma disposição transitória no sentido de serem aceites fiscalmente as provisões constituídas em anos anteriores, como é o caso da AMBILITAL. Assim, e de acordo com o estabelecido em termos legais, a AMBILITAL

apresentou em Abril de 2009 um requerimento a solicitar a aceitação das referidas provisões constituídas em exercícios anteriores e o reembolso do IRC e juros pagos, conforme acima referido (218.427,60€), em relação ao qual, e não obstante entrarmos em contacto regular com os serviços no sentido de saber como está o processo, ainda aguarda resposta.

Apresenta-se de seguida os valores estimados e contabilizados dos custos a incorrer com a selagem do aterro e a sua monitorização após encerramento e respectivos activos para fazer face a essa despesa:

(Valores em euros)

Especialização dos custos com a selagem e monitorização do Aterro após encerramento	Valor
Provisões - 2002	108.000,00
Provisões - 2003	221.805,71
Provisões - 2004	229.617,33
Provisões - 2005	224.560,98
Provisões - 2006	417.184,62
Diferimento de proveitos (2007)	453.846,70
Diferimento de proveitos (2008)	363.117,91
Total	2.018.133,25

(Valores em euros)

Activos para garantir a despesa	Valor
Deposito Bancário (conforme ponto 18 da ABDR)	1.839.270,40
IRC adicional e juros pagos referentes ao ano 2004 contabilizado na conta Estado e Out. entes P.	71.170,19
IRC adicional e juros pagos referentes ao ano 2005 contabilizado na conta Estado e Out. entes P.	52.720,97
IRC adicional e juros pagos referentes ao ano 2006 contabilizado na conta Estado e Out. entes P.	94.536,54
Total	2.057.698,10

c) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A e INR/APA, no âmbito do Investimento na implementação do Sistema de Recicláveis e na execução dos investimentos complementares ao Sistema de transferência e deposição de resíduos em aterro, e relevado nas contas a título de imputação de subsídios para investimento neste ano, foi de **291.340,20 euros**;

d) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A e INR/APA, no âmbito do Investimento no Sistema de Tratamento de Lixiviado do Aterro Sanitário, e relevado nas

contas a título de imputação de subsídios para investimento neste ano, foi de **58.678,81 euros**.

e) O valor do Subsídio ao Investimento atribuído pela CCDR-A, no âmbito do Investimento no projecto “Sistema de Monitorização de EcoPontos”, e relevado nas contas a título de imputação de subsídios para investimento neste ano, foi de **41.013,48 euros**.

f) Foram considerados benefícios fiscais de acordo com a seguinte tabela:

Benefícios Fiscais utilizados	Acréscimo de custos	Poupança IRC
Donativo - Estatuto do Mecenato (Decreto-Lei n.º 74/99)	0,00	0,00
Criação líquida postos trabalho - EBF (Artigo 17º do EBF)	6.535,47	1.731,90
Redução da Taxa de IRC - EBF (nº1, alínea a) do Artigo 43 do EBF)	-	81.762,01
Criação líquida postos trabalho - EBF (nº1, alínea d) do Artigo 43 do EBF)	20.792,75	5.510,08
Amortizações - EBF (nº1, alínea c) do Artigo 43 do EBF)	4.242,95	1.124,38
Total	31.571,17	90.128,37

g) Conforme expectativas do conselho de Administração da AMBILITAL, foi arquivado o processo de contra-ordenação com o nº CO/002306/07 instaurado pelo IGAOT. O processo era constituído por 2 contra-ordenações relacionadas com a exploração do aterro, nomeadamente a monitorização e controle do biogás e o tratamento do lixiviado produzidos pelo aterro e em relação as quais havia fortes expectativas de não haver consequências para a empresa.

h) O enquadramento legal desta empresa, encontra-se descrito na Lei nº 53-F/2006 de 29 de Dezembro (Regime Jurídico do Sector Empresarial Local).

i) A empresa tem a sua situação regularizada perante o Estado, Segurança Social e os trabalhadores da empresa.

Ermidas Sado, 16 de Fevereiro de 2011

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2009

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros inst capital	Prêmios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos act financeiros	Excedentes revalorização	Outras variações capitais próprios	Resultado líquido	Total Cap. Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2009	1	1.730.000,00				50.000,00	927.461,06	726.911,38					3.434.372,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico	2.4.							285.954,24					0,00
Alteração de políticas contabilísticas													0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00
Realização do excedente revalorização activos fixos tangíveis/intangíveis	10										-470.759,75		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	17										2.853.089,40		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16												2.853.089,40
Reclassificação dos subsídios ao investimento						72.691,14	491.957,91	-564.649,05					0,00
Aplicação de resultados do ano anterior		0,00	0,00	0,00	0,00	72.691,14	491.957,91	-278.694,81	0,00	0,00	2.382.329,65	0,00	2.668.283,99
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											963.719,46	963.719,46
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	4=2+3											963.719,46	3.632.003,35
Realizações de capital		1.070.000,00											1.070.000,00
Realizações de prémios de emissão													
Distribuições								-162.262,33					-162.262,33
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2009	6=1+2+3+5	2.800.000,00	0,00	0,00	0,00	122.691,14	1.419.418,97	285.954,24	0,00	0,00	2.382.329,65	963.719,46	7.974.113,46

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2010

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Realizado	Ações (quotas) próprias	Outros inst capital	Prêmios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos act financeiros	Excedentes revalorização	Outras variações capitais próprios	Resultado líquido	Total Cap. Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2010	6	2.800.000,00				122.691,14	1.419.418,97	1.150.859,80	0,00	98.813,90	2.382.329,65		7.974.113,46
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													0,00
Alteração de políticas contabilísticas													0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													0,00
Realização do excedente revalorização activos fixos tangíveis/intangíveis	10							-64.520,36			-563.709,07		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos	17										3.418.505,44		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	16					65.659,04	425.555,27	-491.214,31					3.418.505,44
Reclassificação dos subsídios ao investimento													0,00
Aplicação de resultados do ano anterior		0,00	0,00	0,00	0,00	65.659,04	425.555,27	-555.734,67	0,00	0,00	2.854.796,37	0,00	2.790.276,01
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8											755.033,07	755.033,07
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8											755.033,07	3.545.309,08
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	15												400.000,00
Realizações de capital		400.000,00											400.000,00
Realizações de prémios de emissão													0,00
Distribuições	16							-165.376,12					-165.376,12
Entradas para cobertura de perdas													0,00
Outras operações													0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2010	11=6+7+8+10	3.200.000,00	0,00	0,00	0,00	188.350,18	1.844.974,24	429.749,01	0,00	98.813,90	5.237.125,02	755.033,07	11.754.046,41



Ambital - Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM
 Empresa Intermunicipal
 Monte Novo dos Mórdeiros - Ermidas Sado - Santiago do Cacém
 Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém
 NIPC 505 255 391
 Capital Social: € 3.200.000

MAPA DE EXECUÇÃO ANUAL DO PLANO DE INVESTIMENTOS - EXERCÍCIO DE 2010

Imobilizado Corpóreo	Investimento TOTAL	Previsto p/2010	Executado	Mês de Aquisição/Execução	Desvio	Justificação
Edifícios e Outras Construções	9.625.569,50	6.234.134,59	5.612.790,04	---	-960.576,02	---
ERAR Sines	275.526,32	275.526,32	3.872,15	Jan	-271.654,17	O investimento encontra-se em execução.
Unidade de Tratamento Mecânico/Biológico	4.901.806,09	4.411.625,48	4.677.199,31	Jan a Dez	265.573,83	Investimento encontra-se em execução
Unidade de Produção e Vaporização de CDR	3.350.000,00	50.000,00	---	---	-50.000,00	Investimento ainda não realizado
Construção da Ligação à fossa da ERAR Santiago	2.000,00	2.000,00	---	---	-2.000,00	Investimento ainda não realizado
Sistema de Tratamento de RCD e Inertes	896.237,09	1.494.982,79	592.487,11	Abr/Dez	-902.495,68	Investimento encontra-se em fase de execução
Projecto de construção de uma célula destinada a resíduos não perigosos Aterro de Resíduos Industriais Banais	1.200.000,00	12.000,00	---	---	-12.000,00	Investimento ainda não realizado
Projecto de Aproveitamento do Biogás	262.314,55	262.314,55	---	---	-262.314,55	Investimento ainda não realizado
Linha eléctrica	39.071,60	---	39.071,60	Nov	---	Investimento concluído
Instalação de um sistema de tratamento de águas residuais para o armazenamento	150.000,00	150.000,00	198.265,60	Jun/Out/Nov	48.265,60	Investimento concluído
Armazém para armazenamento	150.000,00	150.000,00	198.265,60	Ago	48.265,60	Investimento concluído
Equipamento Básico	2.447.350,00	1.585.550,00	932.743,83	---	-714.606,17	---
Reboques para viaturas	37.500,00	37.500,00	---	---	-37.500,00	Investimento ainda não realizado
Equipamentos para projecto de transferência de resíduos	950.000,00	150.000,00	27.350,00	Mai	-122.650,00	O projecto encontra-se em curso
Equipamentos de automatização da linha	694.500,00	694.500,00	742.500,00	Jun/Out/Nov	48.000,00	O projecto encontra-se em curso
1 Viatura de Lavagem de Ecopontos de 7,5 ton (Optimização da recolha selectiva)	97.000,00	97.000,00	---	---	-97.000,00	Investimento ainda não realizado
Equipamentos (Optimização da recolha selectiva)	196.500,00	196.500,00	---	---	-196.500,00	Investimento ainda não realizado
Prensas fixas (Optimização da recolha selectiva)	61.250,00	61.250,00	---	---	-61.250,00	Investimento ainda não realizado
Contentores reciclados de 30 m ³ (Optimização da recolha selectiva)	31.200,00	31.200,00	---	---	-31.200,00	Investimento ainda não realizado
Camião de 32 toneladas com sistema Ampliroll (Optimização da recolha selectiva)	114.500,00	114.500,00	---	---	-114.500,00	Investimento ainda não realizado
Ampliroll do Camião (Optimização da recolha selectiva)	21.000,00	21.000,00	---	---	-21.000,00	Investimento ainda não realizado
Viatura recolha oleos 94-JN-56	43.375,00	43.375,00	39.448,83	Ago	-3.926,17	Investimento concluído
Oleão Ecobox PF 360	41.625,00	41.625,00	41.625,00	Set	0,00	Investimento concluído
100 Miniconteineres para restaurantes - recolha oleos	4.000,00	4.000,00	2.520,00	Dez	-1.480,00	Investimento concluído
Aquisição de pilhões de substituição (430 unidades)	8.600,00	8.600,00	---	---	-8.600,00	Investimento não realizado
Cestos de rede metálica revestida para papel/cartão/ Plástico e metal/ Vidro - produtores de pequena dimensão (30)	12.000,00	12.000,00	---	---	-12.000,00	Investimento não realizado
Contentores de 30 m ³	37.500,00	37.500,00	17.500,00	Jan	-20.000,00	Investimento concluído
Posto de transformação	61.800,00	---	61.800,00	Dez	---	Investimento concluído
Aquisição de contentores 30 m ³ (Projecto de Recolha de resíduos recicláveis nos grandes produtores)	35.000,00	35.000,00	---	---	-35.000,00	Investimento não realizado
Equipamento Administrativo	4.000,00	4.000,00	922,58	---	-3.077,42	---
Mobiliário	2.000,00	2.000,00	0,00	---	-2.000,00	Investimento não realizado
Material Informático	2.000,00	2.000,00	922,58	---	-1.077,42	Investimento concluído
Outras Imobilizações	215.000,00	215.000,00	3.682,73	---	-211.317,27	---
Ferramentas e utensílios diversos	5.000,00	5.000,00	3.682,73	---	-1.317,27	Investimento concluído
Viatura para campanhas sensibilização	30.000,00	30.000,00	0,00	---	-30.000,00	Investimento não realizado
Acesso e alteração da recepção e controle de entradas no sistema	180.000,00	180.000,00	0,00	---	-180.000,00	Investimento não realizado
Total do Investimento no Exercício	13.168.559,71	8.250.841,87	6.550.139,18	---	-1.951.654,22	---

Ermidas Sado, 16 de Fevereiro de 2011

O Técnico Oficial de Contas (Membro da CTCOC nº 44556)

O Conselho de Administração